



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DIRETORIA DE GESTÃO
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle da margem consignável de servidores, aposentados e pensionistas com desconto em folha de pagamento, por meio de sistema informatizado, contempladas a instalação, suporte técnico e treinamento.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Em 2020 chegou-se a 457 contratos com 51 consignatárias com um volume de operações no valor de R\$ 279.962,77 com a previsão de crescimento voltando aos patamares de 2018, quando havia 1292 contratos de 60 consignatárias perfazendo um volume de operações no valor de R\$ 591.653,36.
- 2.2. As características do processamento da consignação em folha e o volume de registros demandam sua automatização para garantir agilidade da operação e controle eficaz da margem consignável.
- 2.3. A PGE-RJ atualmente conta com a prestação de serviços de instalação e suporte técnico de sistema de gestão de margem consignável com desconto em folha de pagamento firmado em contrato PGE-RJ no. 26/2017 com vigência até 4 de outubro de 2021.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Para fins deste Termo de Referência, serão adotadas as seguintes denominações:

- 3.1.1. CONTRATADA – empresa administradora, que responde por disponibilizar a



infraestrutura tecnológica e de atendimento necessárias ao Sistema de Consignações, garantindo segurança, sigilo, integridade, autenticidade, tempestividade e confiabilidade das informações.

3.1.2. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO denominada CONSIGNANTE e CONTRATANTE - seguindo as regulamentações e leis estaduais que dispõem sobre as consignações, fiscalizando e harmonizando contratos, rotinas, processos, tecnologias, compromissos e demais entidades envolvidas, é responsável exclusiva pelo credenciamento das entidades consignatárias e responde por calcular e fornecer as margens brutas consignáveis, descontar e repassar por meio da SEFAZ-RJ as parcelas consignadas em favor da CONSIGNATÁRIA, isentando a CONTRATADA de qualquer responsabilidade sobre o repasse.

3.1.3. CONSIGNADO – Procuradores ou servidores ativos ou inativos da PGE-RJ, servidores cedidos, servidores extraquadro e pensionistas especiais que, até o limite de sua respectiva margem consignável, tenha estabelecido relação jurídica com a CONSIGNATÁRIA autorizando descontos mensais e sucessivos de sua remuneração, subsídio ou proventos enquanto perdure o contrato firmado.

3.1.4. CONSIGNATÁRIA – empresa fornecedora credenciada que disponibiliza seus serviços e produtos, inclusive de créditos, aos consignados por intermédio da CONTRATADA, destinatária dos créditos resultantes das consignações facultativas, em decorrência de relação jurídica estabelecida por contrato com o CONSIGNADO.

4. REGRAS GERAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A PGE-RJ, por meio da Gerência de Recursos Humanos - GRH, é a responsável exclusiva pelo credenciamento das entidades consignatárias. Uma vez fornecido o código de desconto em seu nome, a entidade CONSIGNATÁRIA deverá fazer uso do sistema da CONTRATADA para a oferta de seus produtos e serviços.



- 4.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA serão remunerados pelas CONSIGNATÁRIAS, nos termos do item 15.2 deste Termo de Referência.
- 4.3. O sistema deverá ser disponibilizado a todas as CONSIGNATÁRIAS, independentemente de estarem ou não com o cadastro vigente, como também nos casos isentos de remuneração à CONTRATADA.
- 4.4. O serviço de Gestão das Consignações será gerenciado e operado pela empresa CONTRATADA, sob a supervisão da CONTRATANTE e o mesmo deverá estar disponível de maneira contínua, inclusive finais de semana e feriados, para realizar as operações de inclusão, exclusão, alongamento e portabilidade de margem entre consignatárias, mediante demanda do CONSIGNADO.
- 4.5. O serviço a ser prestado pela empresa CONTRATADA será exclusivamente a gestão das consignações e implantação e manutenção do sistema, não podendo prestar os mesmos serviços as CONSIGNATÁRIAS.
- 4.6. As condições de parceria comercial entre a CONTRATADA e as CONSIGNATÁRIAS, não poderá gerar ônus adicional ao Estado e aos CONSIGNADOS.
- 4.7. Entende-se por “ônus adicional”, a disponibilidade de produtos e serviços em condições comerciais fora dos patamares médios de mercado, pesquisados em âmbito nacional, para a modalidade consignação em folha de pagamento. As CONSIGNATÁRIAS deverão procurar sempre oferecer seus produtos e serviços em condições competitivas nesse mercado específico.
- 4.8. Reserva-se ao Estado o poder-dever de fiscalizar as condições comerciais das CONSIGNATÁRIAS e da CONTRATADA e exigir ajustes, caso necessário, sob o risco de suspensão do direito de uso do código disponibilizado ou suspensão de contrato.
- 4.9. A atualização da base de dados do sistema terá um ciclo mensal acompanhando o cronograma para troca das informações que será definido pela CONTRATANTE, respeitando necessariamente o cronograma da folha de pagamento.



5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Infraestrutura de Atendimento

5.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma central telefônica de atendimento aos usuários do sistema, para esclarecimento de dúvidas, registro de sugestões e reclamações.

5.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar seus recursos técnicos, logísticos e humanos em expediente diário, no horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

5.2. Requisitos Gerais de Sistema

5.2.1. O sistema deve apresentar-se como uma solução web para controle e automatização de consignações em folha de pagamento e da margem consignável, acessível a partir de qualquer ponto com acesso à Internet e deverá ficar disponível para os usuários 24 horas por dia e 7 dias por semana.

5.2.2. Sem prejuízo de outras funcionalidades que eventualmente possua assim como aperfeiçoamentos que venham a ser realizados, ao longo do tempo, em comum acordo entre as partes, o sistema deverá permitir a integração com o sistema de folha de pagamento da PGE-RJ (SIGRH/ERGON), por meio de rotinas de importação e exportação de arquivos de dados.

5.2.3. A CONTRATADA deverá utilizar preferencialmente a Identidade Funcional – ID como identificador do CONSIGNADO visando garantir a segregação de margem por vínculo funcional.

5.2.4. A CONTRATADA deverá importar para seu sistema, informações tais como dados cadastrais dos CONSIGNADOS, margens consignáveis e informações constantes da folha fechada para o mês de competência, que serão geradas pela



CONTRATANTE em arquivos de troca.

- 5.2.5. O sistema deve gerar os descontos pertinentes ao mês de competência para a folha de pagamento, automaticamente, sendo que uma vez cadastrado o contrato, não será mais necessário o envio desta informação pelas instituições para desconto mensal na folha de pagamento.
- 5.2.6. O sistema deve permitir a parametrização dos tipos de descontos e forma de desconto em folha, possibilitando enviar os descontos à folha de pagamento priorizando os lançamentos conforme a legislação, inclusive como critério de antiguidade.
- 5.2.7. O sistema deve possuir forma de envio por remessa (onde as parcelas são enviadas automaticamente todos os meses) e por carteira (onde o contrato é enviado somente uma vez e suas parcelas são descontadas mensalmente).
- 5.2.8. O sistema deve permitir a manutenção de usuários do sistema com as operações de criação, alteração, exclusão de registros e manutenção de seus dados cadastrais.
- 5.2.9. O sistema deve permitir a manutenção de perfis de acesso às funcionalidades, para controle de acesso do sistema.
- 5.2.10. Os relatórios do sistema devem serem gerados, no mínimo, nos formatos TXT, PDF e XLS, podendo ser visualizados previamente na tela do computador, antes do envio para impressão (*preview*).
- 5.2.11. Permitir a limitação de valor para contratos que fiquem fora da margem realizando o corte através de descontos parciais, considerando as margens de 40% (quarenta por cento), 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento) dos contratos realizados até a data de 14/02/2016, de acordo com o Decreto Estadual de n.º 45.563, de 27 de janeiro de 2016.
- 5.2.12. Permitir o controle das margens consignáveis para produtos com margens exclusivas e compartilhadas.



- 5.2.13. Realizar o controle da margem consignável disponível com base na última folha processada, considerando também as transações efetuadas, via sistema, após a data definida para corte e não incluídas na última folha.
- 5.2.14. Permitir atualização do motivo de não desconto das parcelas rejeitadas na folha de pagamento. O usuário deverá informar a folha e visualizar os descontos não ocorridos para que possa atualizar o motivo.
- 5.2.15. O sistema deve permitir números ilimitados de usuários, instituições financeiras, funcionários, contratos, atendendo a contento quantas transações (funcionário X contratos X instituições financeiras) por dia houver.
- 5.2.16. O Sistema deverá possuir interface responsiva para adaptar as diferentes resoluções de tela e ser compatível com os principais navegadores do mercado (Mozilla Firefox 38, Google Chrome 31 e Internet Explorer 9 e versões superiores).
- 5.2.17. O sistema deve contemplar três grupos de funcionalidades denominados MÓDULOS, sendo eles nomeados de GESTOR, CONSIGNATÁRIA, CONSIGNADO que atendam às necessidades operacionais e gerenciais do consignante, das consignatárias e dos consignados, permitindo a segregação de segurança de acesso às funcionalidades dos MÓDULOS para que a concessão de acesso seja segmentada por perfil de usuários nos termos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.3. Requisitos Específicos por Perfil de Utilização

- 5.3.1. O Módulo GESTOR, que será de acesso exclusivo aos servidores expressamente indicados pela CONTRATANTE, deverá contemplar as operações necessárias ao acompanhamento e gestão dos processos e contratos realizados, a seguir especificadas.
- 5.3.2. Permitir o controle e a parametrização dos limites superiores das taxas praticadas pelas consignatárias (CET).



- 5.3.3. Permitir a consulta visualizada por produto, consignatária, período e prazo.
- 5.3.4. Permitir consultar, por meio da utilização de filtros de período, consignatárias, produto e situação, as consignações realizadas para um determinado servidor, contendo informações sobre o contrato, parcelas, valor, situação de cada parcela, motivo de não desconto, alterações na consignação, usuário que realizou a consignação no sistema.
- 5.3.5. Permitir a criação/liberação de perfis de acesso e manutenção de suas funcionalidades para todos os tipos de usuários, incluindo liberação/restrição de determinadas funções, geração de nova senha, alteração e cópia de nível de acesso.
- 5.3.6. Permitir a manutenção do cadastro dos usuários das consignatárias e dos administradores do sistema, conforme perfis cadastrados.
- 5.3.7. Permitir o bloqueio/desbloqueio dos perfis de acesso, bloqueando/desbloqueando, consequentemente, o acesso de seus respectivos usuários.
- 5.3.8. Permitir limitação dos prazos máximos de parcelas, para desconto em folha, para um determinado produto.
- 5.3.9. Permitir manutenção do cadastro das consignatárias, além de bloqueio (temporário ou definitivo) e desbloqueio manual e automático (parametrizável).
- 5.3.10. Permitir requisitar, com opção de periodicidade, a atualização cadastral das consignatárias.
- 5.3.11. Disponibilizar funcionalidade para controle da renovação de convênio entre a consignante e a consignatária, permitindo que sejam enviados alertas para os usuários gestores das entidades quando o prazo para renovar o contrato estiver próximo do vencimento.
- 5.3.12. Permitir limitação do valor da parcela (em moeda corrente ou percentual), para desconto em folha, por produto.



- 5.3.13. Permitir a manutenção dos códigos de verbas/rubricas de desconto por produtos, assim como seu bloqueio e desbloqueio.
- 5.3.14. Permitir a suspensão/liberação do desconto em folha de contratos efetuados de um determinado servidor. Permanecendo o contrato ativo utilizando a margem do servidor, apenas os descontos não serão enviados para folha.
- 5.3.15. O sistema deverá solicitar um motivo de operação para as suspensões de contratos, judiciais ou não, com a possibilidade de incluir um texto explicativo
- 5.3.16. Permitir cancelar e liquidar, com a opção de exposição de motivos, contratos efetuados para um determinado servidor.
- 5.3.17. Permitir reativar contratos cancelados e liquidados. Neste processo de reativação, os contratos deverão retornar ao status de ativo, integrar novamente o processo de descontos e a margem do servidor deverá ser atualizada.
- 5.3.18. Permitir consultar as margens consignáveis disponíveis de um determinado servidor, além disso, possuir visualização do histórico mensal da margem do servidor. Nesta tela deverão ser exibidos dados de evolução da margem bruta e líquida, contratos e reservas que a compõe.
- 5.3.19. Disponibilizar extrato da margem do servidor, demonstrando os débitos e créditos realizados na margem, devido às operações de consignado.
- 5.3.20. Permitir o bloqueio/desbloqueio da margem do servidor para futuras reservas.
- 5.3.21. Permitir a transferência de contratos entre vínculos de um mesmo servidor.
- 5.3.22. Permitir o acompanhamento das operações de portabilidade, bem como possibilitar ações de cancelamento para aquelas que ainda não foram concretizadas.
- 5.3.23. Permitir a alteração de contratos em razão de processos judiciais onde os contratos de cada consignatária deverão ser adequados dentro de uma nova margem (adequação). Bem como permitir a realização inversa do processo, a reversão da



adequação, onde os contratos deverão retornar as mesmas condições e valores anteriores.

5.3.24. Disponibilizar relatórios analítico e sintético de consignações por produto, exibindo tipos de movimentações (novas averbações, alterações por ordem judicial, suspensões, reativações, liquidações e cancelamentos) realizadas por uma determinada consignatária, num determinado período. Os relatórios deverão apresentar telas de filtro para os campos: tipo de movimentação, consignatária, período (mês e ano), produto.

5.3.25. Disponibilizar relatórios analítico e sintético das movimentações financeiras realizadas por uma determinada consignatária, num determinado período, agrupadas por produto, totalizando quantidades e valores. Os relatórios deverão apresentar telas de filtro para os campos: consignatária, período (mês e ano), produto.

5.3.26. Exportar arquivos do movimento mensal para integração com o sistema de folha de pagamento da PGE.

5.3.27. Importar informações do processamento mensal da folha de pagamento, do cadastro dos CONSIGNADOS e das margens consignáveis brutas.

5.3.28. Disponibilizar relatório de participação por consignatária, o qual relata o percentual de participação de cada consignatária quanto aos descontos consignados apresentando a quantidade e o valor total descontado. Os relatórios deverão possuir telas de filtro por folha e produto.

5.3.29. Disponibilizar relatório consolidado da carteira do convênio, exibindo cada consignatária, sua quantidade de contratos ativos, média de quantidade de parcelas, valor médio das parcelas e valor total da carteira.

5.3.30. Disponibilizar relatórios de comprometimento das margens dos servidores, exibindo de forma analítica os servidores e seu percentual de comprometimento.

5.3.31. Relatório de previsão de repasse, exibindo os valores de repasse e rubrica



(consignatária). Os valores a exibir serão: repasse PGE, repasse consignatária e total. Além disso, o relatório deverá possibilitar realizar filtros pelas rubricas.

5.3.32. Disponibilizar relatório de desconto em folha, possibilitando filtros por folha, consignatária, produto, identidade funcional, CPF e situação do desconto em folha.

5.3.33. Permitir o cadastro e manutenção de dados dos servidores, como nome, identidade funcional, CPF, dados bancários e etc.

5.3.34. Aplicar punições às consignatárias que descumprirem as normas estabelecidas.

5.4. O Módulo CONSIGNATÁRIA que será de acesso exclusivo às empresas ou instituições autorizadas/credenciadas pela CONTRATANTE, deverá contemplar todas as operações e funcionalidades necessárias ao registro e acompanhamento dos processos e contratos realizados, a seguir especificadas.

5.4.1. Não deve permitir que uma consignatária tenha acesso às informações e contratos de outras consignatárias, sendo privativo da consignatária o acesso às suas informações e contratos

5.4.2. Permitir a manutenção dos dados cadastrais da própria consignatária e de suas agências e correspondentes, bem como a criação de seus usuários, conforme perfis cadastrados.

5.4.3. Efetuar consignação com respectiva redução da margem consignável em tempo real, emitindo documento de autorização numerado, a ser assinado pelo servidor e pela consignatária, que possibilite posterior consulta no sistema.

5.4.4. Permitir a liquidação de contratos, liberando o valor da margem consignável.

5.4.5. Permitir a suspensão e o cancelamento de contratos no sistema e sua posterior reativação em casos de necessidade. Caso a suspensão tenha sido feita pelo consignante/gestor, a consignatária não deverá conseguir reativar o contrato.

5.4.6. Permitir o alongamento de dívidas até o limite regulamentado (parametrizado) nos



casos de não desconto de pelo menos uma parcela mensal, sem possibilidade de ampliação do valor da parcela mensal e do valor inicial do contrato.

- 5.4.7. Permitir a consulta do valor da margem consignável disponível do servidor a partir de sua identidade funcional ou CPF, podendo a partir de configurações no módulo consignante serem exigidos senha do servidor ou *token* para segurança do processo.
- 5.4.8. Permitir, a partir de layouts previamente definidos, a importação e o processamento de arquivos de lote, referente às operações de inclusão, alteração e exclusão de contratos, controlando o limite de margens disponíveis (upload pelo próprio sistema ou webservice).
- 5.4.9. Permitir limitação dos prazos máximo e mínimo de carência, para desconto em folha, por serviço, dentro dos limites estipulados pelo gestor do sistema.
- 5.4.10. Permitir a reimplantação automática de parcelas não descontadas em folha de pagamento.
- 5.4.11. Permitir o refinanciamento de dívidas (renovação de contratos), possibilitando a seleção da dívida e a reconfiguração das informações necessárias para a operação, como a quantidade e o valor de parcela que não poderá ser superior ao valor da parcela do contrato selecionado acrescido da margem disponível do servidor.
- 5.4.12. Permitir renegociação de contratos, ou seja, alteração do contrato para que a parcela e prazo possam ser adequados à margem. Este evento não possibilita que o usuário utilize mais margem disponível do servidor, pois trata-se apenas de uma alteração contratual. A renegociação deve impedir que o saldo para desconto em folha do novo contrato seja superior ao saldo restante do contrato renegociado.
- 5.4.13. Dispor de módulo para gestão de portabilidade de margem consignável que possibilite a troca de informações entre as consignatárias para compra de um determinado contrato, mediante autorização do servidor através de senha ou token, bem como exigir um comprovante da transação financeira realizada entre as



instituições, segundo procedimento de portabilidade do BACEN. Efetivada a portabilidade, o contrato do banco cedente será liquidado e a margem liberada para a consignatária cessionária realizar nova operação.

5.4.14. Permitir o acompanhamento das operações de portabilidade, bem como possibilitar ações de cancelamento para aquelas que ainda não foram concretizadas. Para realizar a consulta deverá possuir os filtros: período, dados do servidor, cedente do contrato, solicitante da portabilidade e etapa.

5.4.15. Disponibilizar área de download de documentos enviados pelos gestores do sistema.

5.4.16. Permitir cadastro e manutenção das taxas praticadas a um determinado produto e sua vigência, bem com impedir averbações cujo CET (custo efetivo total) esteja acima do definido pela consignatária.

5.4.17. Registrar a ocorrência de cada operação realizada, informando data, usuário responsável descrição da operação e identificação completa da operação.

5.4.18. Disponibilizar relatórios analítico e sintético dos tipos de movimentações contratuais (novas averbações, alterações por ordem judicial, suspensões, reativações, liquidações e cancelamentos) com opções de filtro por produto, período, tipo de movimentação.

5.4.19. Disponibilizar relatórios de extrato dos descontos do servidor que permita gerar informações de todos os descontos e não descontos em folha que o servidor possui dos contratos da consignatária, sejam eles contratos ativos ou liquidados.

5.4.20. Permitir reserva de margem para averbação dos produtos ofertados pelas consignatárias, emitindo documento de autorização numerado, a ser assinado pelo servidor e pela consignatária, que possibilite posterior consulta no sistema. Além disso, possibilitar que a partir de configurações no módulo consignante sejam exigidos a senha do servidor ou *token* para segurança do processo.



- 5.4.21. Permitir a determinação de um prazo para que uma reserva não confirmada seja cancelada automaticamente.
- 5.4.22. Possibilitar que os dados bancários do servidor (código do banco, número da agência e conta) sejam validados no ato da reserva da margem.
- 5.4.23. Possibilitar, no momento da reserva de margem, que o usuário possa informar a carência em meses para o primeiro desconto da operação.
- 5.4.24. Permitir o cancelamento ou exclusão da reserva de margem do servidor liberando-a em tempo real.
- 5.4.25. Possibilitar a consulta das reservas de margem realizadas, bem como dos descontos destas operações.
- 5.4.26. Permitir aprovação da reserva da margem. Este processo deverá gerar o desconto a ser enviado à folha de pagamento.
- 5.4.27. Disponibilizar área de depósito de contratos digitalizados na tela de aprovação das reservas que deverão ser exigidos no ato da aprovação.
- 5.4.28. Permitir o envio de arquivos referentes a produtos de desconto variável, como cartão.
- 5.4.29. Disponibilizar área de depósito de crítica gerada no processamento das consignações por consignatário.
- 5.4.30. Disponibilizar funcionalidade para que a consignatária possa atender a processos judiciais a fim de adequar os contratos a um determinado percentual da margem, designado pelo processo. É necessário informar o motivo e o número do processo. Além disso, permitir a consulta de todos processos judiciais executados.
- 5.4.31. Permitir renegociar, dentro de um determinado prazo, o saldo residual oriundo dos contratos que tiveram descontos parciais.



5.4.32. Permitir a migração de contratos entre vínculos do mesmo servidor, mediante exigência de senha ou token gerado pelo servidor.

5.4.33. Permitir o cadastro de e-mails para recebimento de diversos tipos de alertas do sistema, como alteração de contrato por ordem judicial, suspensão e etc.

5.4.34. Permitir a visualização de mensagens enviadas pela entidade consignante, podendo ser especificadas a uma consignatária ou para todas.

5.5. O Módulo CONSIGNADO, que será de acesso exclusivo aos membros, servidores (ativos e inativos), pensionistas especiais da PGE, deverá contemplar todas as operações e funcionalidades necessárias ao registro e acompanhamento dos processos e contratos realizados, a seguir especificadas.

5.5.1. Não deve permitir que um CONSIGNADO tenha acesso às informações e contratos de outros CONSIGNADOS, sendo privativo do CONSIGNADO o acesso às suas informações e contratos mediante seu ID Funcional e/ou CPF e senha de acesso ao sistema.

5.5.2. Possuir um site web para acesso a todos os servidores da entidade consignante. Neste módulo o servidor poderá visualizar sua margem consignável disponível, bem como o extrato detalhado de todos os seus contratos.

5.5.3. Permitir que o servidor realize a geração do token para utilização em reservas de margem. O token é um código numérico utilizado como mecanismo de segurança para operação.

5.5.4. O resultado da simulação será um ranking ordenado pela taxa de juros ou Custo Efetivo Total (CET) informando o nome da consignatária e o valor total liberado.

5.5.5. Permitir, a partir da simulação, realizar pré-reserva de margem sujeita à aprovação, com a visualização das instruções fornecidas pela consignatária (como por exemplo e telefone de contato, endereço).

5.5.6. Permitir o cancelamento de uma reserva de margem ainda não confirmada pela



consignatária.

5.5.7. Permitir a solicitação do saldo devedor dos seus contratos para quitação integral, bem como possibilitar a simulação para quitação parcial.

5.5.8. Disponibilizar funcionalidade para visualização endereço das consignatárias e dos postos de atendimento disponibilizados pela CONTRATADA.

5.5.9. Disponibilizar área para exibir os contratos digitalizados pelas consignatárias.

5.5.10. Visualização do extrato detalhado do contrato, independente da sua situação.

5.5.11. Acesso a todas as taxas aplicadas pelas CONSIGNATÁRIAS, tanto no simulador, quanto na reserva de margem durante o processo de averbação.

5.5.12. Exibição de extrato detalhado das consignações efetuadas, por período

5.6. Segurança do Sistema

5.6.1. Em relação aos requisitos de Auditoria e **Logging**, o sistema deverá:

5.6.1.1. Rastrear o total das operações realizadas no sistema a partir do *login* utilizado pelo usuário;

5.6.1.2. Registrar os logs de todas as transações executadas, incluindo consultas, para realização de procedimentos de auditoria, contemplando, no mínimo: o nome do usuário, IP utilizado, data, hora e fuso horário, tipo da transação e os dados da operação realizada;

5.6.1.3. Possibilitar a geração de relatório contendo informações de auditoria das operações realizadas, canceladas ou liquidadas em um determinado período e por um usuário específico.

5.6.1.4. Suspender explicitamente as sessões quando o usuário solicitar *logoff* ou fechar a janela, tela, aba ou navegador da aplicação;



5.6.1.5. Os logs de auditoria deverão ser disponibilizados à PGE-RJ sempre que for solicitado;

5.6.1.6. Durante a vigência do contrato, a PGE-RJ poderá solicitar os logs de auditoria retroativos aos últimos 12 meses de uso do sistema;

5.6.2. Em relação aos requisitos de Confidencialidade, o sistema deverá:

5.6.2.1. Mascarar senhas e outros campos de entrada sensíveis.

5.6.2.2. Armazenar as senhas utilizando algoritmo de *hash* não inferior a SHA-256 ou equivalente.

5.6.2.3. As interações entre usuários e sistema deverão ser por meio de protocolo SSL - *Secure Sockets Layer*.

5.6.2.4. Não utilizar protocolos ou aplicações reconhecidamente inseguras, como HTTP, FTP, Telnet para comunicação com redes externa.

5.6.3. Em relação aos requisitos de Integridade, o sistema deverá:

5.6.3.1. Validar todos os formulários de entrada de dados e *query strings* frente a um conjunto de entradas aceitáveis, antes do processamento das informações.

5.6.3.2. Identificar e restringir a alteração de dados de todas as iterações não humanas, como sistema ou processos batch, a não ser que explicitamente autorizadas.

5.6.4. Em relação aos requisitos de Disponibilidade, a CONTRATADA deverá:

5.6.4.1. Realizar rotinas de backup e manter cópias de segurança disponíveis para recuperação, sempre que solicitado;

5.6.5. Em relação aos requisitos de Autenticação, o sistema deverá:



5.6.5.1. Permitir acesso por meio de site/portal com certificado de segurança ICP-Brasil.

5.6.5.2. Bloquear acessos simultâneos de um mesmo usuário.

5.6.5.3. Promover interrupção automática da conexão do usuário ao sistema por tempo de inatividade previamente definido.

5.6.5.4. Promover bloqueio automático de usuários após um número de tentativas incorretas de *login* recorrentes, a ser definido.

5.6.5.5. No caso da integração entre o sistema da CONTRATADA e os da PGE-RJ ou entre aquele mesmo sistema e os das consignatárias, ser realizado por webservices, a autenticação destes serviços deverá ser uma das seguintes formas: *Client Certification Authentication*, *Digest Authentication*, *Basic Authentication*.

5.6.6. Em relação aos requisitos de Erros e Gerenciamento de Exceção, o sistema deverá:

5.6.6.1. Não revelar detalhes internos da solução nas mensagens de erro mostrada aos usuários.

5.7. Treinamento

5.7.1. A CONTRATADA deverá efetuar, mediante demanda da CONTRATANTE, a capacitação gestores e usuários do sistema, provendo conhecimentos para utilização das funcionalidades existentes, parametrização, concessão de acesso aos usuários das CONSIGNATÁRIAS, e geração de relatórios e arquivos necessários à operacionalização e gestão de consignados.

5.7.2. A CONTRATADA deverá fornecer todo material didático e de apoio à capacitação aos alunos.

5.8. Suporte Técnico



- 5.8.1. O suporte técnico engloba a correção de problemas decorrentes de falha nas funcionalidades do sistema ou de não atualizações de versões do mesmo.
- 5.8.2. Deverá ser garantida pela contratada, sem ônus para a PGE-RJ, a evolução do sistema por intermédio de novas versões, visando as atualizações tecnológicas e adequações à legislação.
- 5.8.3. A contratada deverá executar os serviços de manutenção preventiva do sistema fora do horário comercial ou em dias não úteis.
- 5.8.4. A CONTRATADA deverá manter disponível sistema web para abertura de chamados de suporte técnico, disponível 24x7, assim como telefone de central de atendimento disponível 12x5 (em horário comercial em dia útil) com a mesma finalidade.
- 5.8.5. As ocorrências de suporte técnico demandadas pela CONTRATANTE deverão ser atendidas em até 24 horas.
- 5.8.6. O sistema de chamados deverá prover, mensalmente ou a qualquer momento que solicitado pela CONTRATANTE relatórios sobre o registro e execução das solicitações registradas.
- 5.8.7. A CONTRATADA deverá realizar as manutenções corretivas no prazo máximo, contado do início do atendimento (em horas úteis contadas no horário das 08:00 as 18:00 de dias úteis).
- 5.8.8. Os prazos para solução dos chamados começarão a contar a partir da sua abertura e serão resolvidos de acordo com a severidade da ocorrência conforme definido a seguir:
 - 5.8.8.1. Alta (ocorrência de falha que causa a indisponibilidade do sistema) - até o final do próximo dia útil após à abertura do chamado;
 - 5.8.8.2. Média (ocorrência de falha que cause degradação de desempenho do sistema ou que cause algum tipo de indisponibilidade parcial do sistema) - até



o final do segundo dia útil após à abertura do chamado;

5.8.8.3. Baixa (resolução de dúvidas e esclarecimentos quanto ao funcionamento ou funcionalidades do sistema, elaboração de consultas ou relatórios e ocorrência de falha que não causem impacto na operação do mesmo) - até o final do terceiro dia útil após à abertura do chamado.

6. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

6.1. A CONTRATADA obriga-se a observar e guardar sigilo cadastral e financeiro sobre informações relativas a dados pessoais, profissionais e financeiros dos CONSIGNADOS, observando-se o disposto na Lei 13.709/2018.

6.2. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante tão logo tenha conhecimento do mesmo.

6.3.

A CONTRATADA deve guardar sigilo sobre os dados das operações realizadas pelas CONSIGNATÁRIAS, não podendo utilizar ou divulgar tais informações para qualquer fim, sob as penas da lei, salvo para garantia de direito ou apuração de prática de ato ilícito.

6.4. A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança da informação implementados no ambiente da CONTRATANTE.

6.5. A CONTRATADA deverá assinar, por meio de seu representante legal Termo de Responsabilidade relativo às normas de segurança, ao uso de recursos de tecnologia e à confidencialidade das informações da CONTRATANTE, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE.

6.6. Em qualquer hipótese de encerramento do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer a PGE-RJ, ou a quem ele indicar, todos os dados do sistema, de forma a permitir a



continuidade da gestão de margens consignáveis, comprovando em seguida a exclusão dos dados de sua base.

7. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A prestação dos serviços objeto da presente contratação é feita nas dependências do PGE-RJ localizadas no Rio de Janeiro, no que for aplicável a presença física de representantes ou servidores da CONTRATADA, por necessidade do serviço ou sob demanda da CONTRATANTE.
- 7.2. Os sistemas da CONTRATADA deverão ser executados no próprio ambiente da CONTRATADA, mas acessíveis nos termos da presente especificação via web.
- 7.3. A CONTRATANTE não fornecerá ambiente computacional ou ambiente físico para instalação permanente de equipamentos ou pessoal da CONTRATADA.
- 7.4. A CONTRATADA terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do extrato do contrato, para conclusão da implantação dos serviços, compreendendo disponibilização da solução e integração das informações, em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência.

8. DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- 8.2. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.
- 8.3. A Fiscalização da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.



- 8.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da CONTRATANTE deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 8.5. A fiscalização da CONTRATANTE poderá solicitar a interrupção de qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com a especificação técnica, requerendo a retomada da prestação dentro do especificado.
- 8.6. A existência ou eventual omissão da fiscalização por parte da CONTRATANTE, de modo algum atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA por qualquer inexecução na prestação dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos deste Termo de Referência e da legislação vigente.
- 9.2. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado.
- 9.3. Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica, no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços, preposto(s) para representar administrativamente sempre que for necessário e habilitado a responder pela CONTRATADA a qualquer indagação sobre a parte operacional e de qualidade dos serviços executados, indicando: nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone.
- 9.4. A designação de preposto(s) deverá ser acompanhada do nome completo, qualificação, endereço, inclusive eletrônico, além do número de telefone, visando o acompanhamento da Fiscalização do Contrato, que fará constar todos esses dados no Livro de Ocorrências.
- 9.5. Responder pelos atos e omissões de seu(s) preposto(s), empregados, e demais pessoas que utilizar na execução dos serviços contratados.
- 9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das



providências cabíveis.

- 9.7. Reparar, corrigir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular.
- 9.8. Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.
- 9.9. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- 9.10. Garantir o necessário suporte para implementação e operacionalização de tecnologias que venham a ser empregadas durante a execução do serviço.
- 9.11. Cumprir todas as obrigações e os encargos sociais e trabalhistas e, além disso, demonstrar o seu adimplemento, na forma do instrumento contratual.
- 9.12. Observar os preceitos estabelecidos na LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DE CONTRATANTE

- 10.1. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.
- 10.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei no 8.666/93.
- 10.3. Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que sejam pertinentes à execução do presente contrato;
- 10.4. Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à



CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

10.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas Cláusulas do Contrato.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Deverão ser apresentados atestado(s) de desempenho anterior comprovando que a empresa já executou, de forma satisfatória, serviços de administração, gerenciamento e controle de margem consignável e consignações em folha de pagamento compatíveis em quantidade, qualidade e prazo com o objeto da presente licitação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e já executadas pelo período de, ao menos, 12 (doze) meses. Este documento deverá conter o local, prazos, natureza, volume, quantidade, e outras características do serviço a que se refere o presente Termo de Referência.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data constante do Memorando de Início de Serviços, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada no Memorando de Início de Serviços.

12.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, desde que a proposta da Contratada seja mais vantajosa para o Contratante.



13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DE ACEITABILIDADE

- 13.1. O critério de julgamento será o de MAIOR OFERTA, representando o Maior Valor Unitário por linha de processamento que será pago pela CONTRATADA à PGE-RJ.
- 13.2. Será aceito o valor maior ou igual a R\$ 0,15 (quinze centavos) por linha de processamento.

14. ORÇAMENTO ESTIMADO

- 14.1. Não se aplica orçamento no caso concreto, em virtude de que a PGE-RJ não efetuará nenhum pagamento à CONTRATADA pela execução dos serviços objeto deste instrumento, a qualquer título.
- 14.2. Na presente contratação, a remuneração da CONTRATADA e o custeio das operações é arcado pelas CONSIGNATÁRIAS devidamente credenciadas pela CONTRATANTE.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE um valor unitário fixo por linha de processamento de movimento, conforme proposta da CONTRATADA.
- 15.2. A Consignatária CONTRATADA deverá proceder ao pagamento, mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do pagamento da folha do Consignante CONTRATANTE, por meio de depósito diretamente na conta corrente do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro/PGE-RJ, cujos dados bancários serão informados à Consignatária CONTRATADA oportunamente.



16. DAS PENALIDADES

- 16.1. No caso de atraso injustificado ou, inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.
- 16.2. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto n.º 3.149/80.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Antes de apresentar a proposta, o licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.
- 17.2. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente contratação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes.
- 17.3. Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados referentes a prestação do presente objeto só serão considerados entregues devidamente protocolados, enviados por telegrama, carta, fax ou meio digital.
- 17.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por “serviços novos, extras ou adicionais”.



- 17.5. Considerar-se-á a Contratada como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nesta especificação, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.